



**CONTRATO PROGRAMA  
DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º 01/2017**

Entre:

**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO**, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 58/94, de 23 de setembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 232, de 07.10.1994 e renovado pelo Despacho n.º 5340/2013, de 5 de abril, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 78, de 22.04.2013, com sede na Rua de Campolide, Nº 237, 1070-030 Lisboa, NIPC 500110379, aqui representada por Delmino Albano Magalhães Pereira, na qualidade de Presidente da Direção (adiante designada por **FEDERAÇÃO** ou **1.ª OUTORGANTE**);

e

**ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO PORTO**, pessoa coletiva n.º 502091304, com sede na Rua António Pinto Machado, nº 60 - Edf. do IDP, 4100-068 Porto, aqui representada por José Luis Pacheco, na qualidade de Presidente da Direção (adiante designada como **ASSOCIAÇÃO**, ou **2.ª OUTORGANTE**);

**CONSIDERANDO QUE:**

- A) A **FEDERAÇÃO**, por via do estatuto de utilidade pública desportiva de que é titular, tem como fim estatutário e legal, *inter alia*, promover, regulamentar e dirigir a prática do ciclismo a nível nacional, em todas as suas vertentes;
- B) Entre a **FEDERAÇÃO** e o INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, I.P. (adiante IPDJ) é celebrado anualmente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – ao abrigo do Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho e de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro –, nos termos do qual é concedida pelo segundo à primeira uma comparticipação financeira para a execução do seu programa de desenvolvimento desportivo;
- C) Em 17.05.2017 a **FEDERAÇÃO** e o IPDJ celebraram o Contrato Programa n.º CP/110/DDF/2017, referente ao programa de desenvolvimento desportivo do ciclismo para o ano de 2017 (e que se encontra publicado no site [www.idesporto.pt](http://www.idesporto.pt));
- D) A **FEDERAÇÃO** carece dos meios técnicos, humanos e materiais adequados e suficientes para levar a cabo a execução de todas as atividades constantes do seu programa de

desenvolvimento desportivo, pelo que, parte deste será concretizado pelas Associações Regionais de Ciclismo, associadas necessárias da **FEDERAÇÃO**; acresce, por outro lado, que as Associações Regionais de Ciclismo têm também um papel fundamental na captação de novos filiados e, bem assim, na dinamização local da modalidade. Por tudo isto, é dever da **FEDERAÇÃO** apoiar financeiramente a atividade destes parceiros regionais;

- E) A **ASSOCIAÇÃO** dedica-se ao desenvolvimento do ciclismo na região do Porto e desempenhará em 2017 um papel importante na dinamização da modalidade naquele território, nomeadamente, desenvolvendo algumas das atividades constantes do programa de desenvolvimento desportivo da **FEDERAÇÃO** para este ano e, bem assim, organizando outras atividades desportivas regionais (não incluídas no programa) e captando novos agentes para a modalidade;
- F) Pelo *supra* exposto, a **ASSOCIAÇÃO** deve ser apoiada financeiramente pela **FEDERAÇÃO**;
- G) Não obstante os critérios de determinação dos apoios financeiros a conceder no ano de 2017 pela **FEDERAÇÃO** à **ASSOCIAÇÃO** constar já do Regulamento Financeiro da UVP-FPC, publicado em [www.uvp-fpc.pt](http://www.uvp-fpc.pt), o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, obriga, ainda, a que a concessão de todos esses apoios seja titulada por Contrato Programa.

É celebrado o presente Contrato Programa, nos termos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro – Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo – que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1.ª

##### (OBJETO DO CONTRATO)

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à **ASSOCIAÇÃO** pelo apoio que esta se propõe prestar à **FEDERAÇÃO** na promoção e desenvolvimento do ciclismo na região do Porto, no ano de 2017 (refletido no documento 'Plano de Atividades', aprovado em Assembleia Geral e entregue à **FEDERAÇÃO**, que se junta como Anexo I – adiante PLANO DE ATIVIDADES).



## CLÁUSULA 2.ª

### (COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA)

1. A determinação da comparticipação financeira a entregar pela **FEDERAÇÃO** às Associações Regionais de Ciclismo no ano de 2017 é calculada em função dos seguintes critérios gerais e abstratos: i) número de eventos velocipédicos que a Associação organize durante o ano, devidamente legalizados, com atas de corrida e relatórios apresentados através do sistema informático e classificações da FPC; ii) número de licenças desportivas (filiações) emitidas pela **FEDERAÇÃO** a pedido da Associação em 2016; e, iii) número de licenças desportivas de 'Ciclismo Para Todos' (filiações) emitidas pela **FEDERAÇÃO** a pedido da Associação em 2017 (tudo conforme o disposto no Regulamento Financeiro da UVP-FPC).
2. Tendo por base o PLANO DE ATIVIDADES apresentado pela **ASSOCIAÇÃO** e o número de licenças desportivas emitidas a pedido desta no ano de 2016, o valor estimado da comparticipação financeira a atribuir a esta pela **FEDERAÇÃO**, ao abrigo deste contrato, é de € 14 846,28 (catorze mil oitocentos e quarenta e seis euros e vinte e oito cêntimos).
3. O valor efetivo da comparticipação financeira a atribuir à **ASSOCIAÇÃO** será apurado pela **FEDERAÇÃO**, até 20 de dezembro de 2017, depois de analisada a execução do PLANO DE ATIVIDADES e do apuramento do número de licenças desportivas de 'Ciclismo Para Todos' (filiações) emitidas neste ano a pedido da **ASSOCIAÇÃO**.
4. O valor da comparticipação financeira a atribuir pela **FEDERAÇÃO** à **ASSOCIAÇÃO** está ainda condicionado ao montante das dotações que efetivamente vierem a ser atribuídas à primeira pelo IPDJ. Assim, a redução do montante da dotação prevista, a pagar pelo IPDJ à **FEDERAÇÃO**, implicará, necessariamente, uma redução proporcional da comparticipação financeira a atribuir pela **FEDERAÇÃO** à **ASSOCIAÇÃO** ao abrigo deste contrato.

## CLÁUSULA 3.ª

### (DISPONIBILIZAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA)

1. A comparticipação financeira será disponibilizada pela **FEDERAÇÃO** à **ASSOCIAÇÃO** nos seguintes termos:
  - a) Pagamento da comparticipação financeira estimada em nove prestações, mensais e sucessivas, cada uma no valor de € 1 237,19 (mil duzentos e trinta e sete euros e dezanove cêntimos), vencendo-se a primeira no último dia do mês de janeiro de 2017;
  - b) Pagamento do montante de €2 (dois euros) por cada ciclista filiado via **ASSOCIAÇÃO** na vertente de 'Ciclismo Para Todos', verba a entregar no mês seguinte ao da efetivação da filiação; e,
  - c) Calculado o valor efetivo da comparticipação financeira, existindo um crédito a favor da **ASSOCIAÇÃO**, ser-lhe-á pago até ao último dia do ano de 2017.

#### **CLÁUSULA 5.ª**

##### **(OBRIGAÇÕES FISCAIS E PARA COM A SEGURANÇA SOCIAL)**

1. A **ASSOCIAÇÃO** declara que não tem quaisquer dívidas fiscais, ou à Segurança Social.
2. Caso a **ASSOCIAÇÃO** venha a ter quaisquer dívidas fiscais, ou à Segurança Social, os apoios financeiros a conceder pela **FEDERAÇÃO** ao abrigo deste contrato serão imediatamente suspensos, até regularização do incumprimento.

#### **CLÁUSULA 6.ª**

##### **(INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELA ASSOCIAÇÃO)**

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 8.ª e 9.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras da **FEDERAÇÃO** quando a **ASSOCIAÇÃO** não cumpra:
  - a) Alguma das obrigações referidas na cláusula 4.ª do presente contrato-programa;
  - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a **FEDERAÇÃO**;
  - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais desportivas em vigor.
2. Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, o incumprimento culposo de alguma das obrigações constantes da cláusula 4.ª concede à **FEDERAÇÃO** o direito de resolver o presente contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais deste contrato.
3. Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º **OUTORGANTE** não tenham sido aplicadas na competente realização aqui prevista, a **ASSOCIAÇÃO** obriga-se a restituir à **FEDERAÇÃO**, no prazo de 10 (dez) dias, os montantes não aplicados e já recebidos.
4. No caso de em alguma das ações inspetivas a que se refere a cláusula seguinte se vir a detetar que houve verbas indevidamente entregues à **ASSOCIAÇÃO**, esta obriga-se a restituí-las à **FEDERAÇÃO**, no prazo de 10 (dez) dias após ser interpelada por escrito para o efeito.
5. Se o IPDJ, ao abrigo das disposições constantes do Contrato-Programa n.º CP/110/DDF/2017 exigir à **FEDERAÇÃO** a restituição de parte ou da totalidade das verbas entregues, tendo as mesmas sido já transmitidas à **ASSOCIAÇÃO** (por efeito do presente Contrato-Programa), esta obriga-se a devolvê-las à **FEDERAÇÃO**, no prazo de 20 (vinte) dias após interpelação por escrito para o efeito, para que a **FEDERAÇÃO** possa reembolsá-las ao IPDJ.



#### **CLÁUSULA 7.ª**

##### **(TUTELA INSPETIVA DO ESTADO)**

1. Compete à **FEDERAÇÃO** fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
2. Conforme estabelecido no Despacho n.º 8732/2010, de 5 de Abril de 2010, do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, publicado no Diário da República n.º 100, Série II, de 24 de Maio de 2010, as Partes expressamente reconhecem e aceitam que também o IPDJ poderá fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, tendo para tal poderes para, por sua iniciativa, realizar qualquer das ações inspetivas referidas no número anterior.

#### **CLÁUSULA 8.ª**

##### **(COMBATE ÀS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA ASSOCIADAS AO DESPORTO, À DOPAGEM, À CORRUPÇÃO, AO RACISMO, À XENOFOBIA E A TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, ENTRE AS QUAIS AS BASEADAS NO SEXO)**

O não cumprimento pela **ASSOCIAÇÃO** do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pela **FEDERAÇÃO**.

#### **CLÁUSULA 9.ª**

##### **(FORMAÇÃO DE TREINADORES)**

O não cumprimento pela **ASSOCIAÇÃO** do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 248-A/2008 de 31 de Dezembro, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pela **FEDERAÇÃO**.

#### **CLÁUSULA 10.ª**

##### **(REVISÃO DO CONTRATO)**

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

**CLÁUSULA 11.ª**

**(VIGÊNCIA DO CONTRATO)**

O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina no dia 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA 12.ª**

**(PRODUÇÃO DE EFEITOS)**

O presente contrato produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2017.

**CLÁUSULA 13.ª**

**(DISPOSIÇÕES FINAIS)**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica da **FEDERAÇÃO**.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão dirimidos pelo Tribunal Arbitral do Desporto, nos termos da Lei n.º 74/2013, de 06 de setembro.

Assinado em Lisboa, em 01 de Julho de 2017, em dois exemplares de igual valor, ficando um para cada Outorgante.

  
\_\_\_\_\_  
O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE  
CICLISMO

  
\_\_\_\_\_  
O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO  
PORTO